

# Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

# 60 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 16 a 20/11/2020):

<ol> <li>QFP 2021-27   NEXT GENERATION EU   RECURSOS PROPRIOS</li> <li>CONSELHO EUROPEU INFORMAL</li> <li>ACORDO POLÍTICO SOBRE REACT-EU</li> </ol>		1 2 3			
			4. COMISSÃO I	EUROPEIA   PACOTE DE OUTONO DO SEMESTRE EUROPEU	3
			5. COMISSÃO I	EUROPEIA   SURE	4
6. RELAÇÕES F	EUTURAS UE - REINO UNIDO	5			
7. CONFERÊNO	CIA DE ALTO NÍVEL SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO	5			
8. COMISSÕES	PARLAMENTARES DO PE	5			
	Comissão do Emprego e Assuntos Sociais	5			
	Mercado Interno e Proteção dos Consumidores	6			
	Assuntos Externos	6			
	Assuntos Económicos e Monetários	6			
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		6			
	Videoconferência dos ministros da Agricultura e das Pescas	6			
	Videoconferência dos ministros dos Assuntos Europeus	7			
	Videoconferência dos ministros do Mercado Interno e da Indústria	7			
	Videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros	7			
	Videoconferência dos ministros da Defesa	8			
	Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Espaço	8			
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		8			
	Parlamento Europeu	8			
	Comissão Europeia	9			
	Conselho da União Europeia	9			
	Reuniões interparlamentares	9			



### 1. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

A 10 de novembro, o <u>Conselho</u> e o <u>Parlamento Europeu (PE)</u> alcançaram um **acordo político sobre os <u>vários elementos</u>** do pacote orçamental europeu, que inclui o QFP 2021-27, o Fundo de Recuperação Next Generation EU (NGEU), a Decisão sobre os Recursos Próprios e a condicionalidade sobre o Estado de Direito no orçamento da UE. Tal como havíamos dado nota desenvolvida na <u>Síntese n.º 59</u>, este acordo <u>terá ainda de ser formalmente aprovado</u> pelo Conselho e pelo PPE, tanto a nível das Comissões como do Plenário.

Neste âmbito e como antecipado, a Presidência alemá do Conselho <u>apresentou esta semana</u> <u>aos Estados-Membros, no Comité de Representantes Permanentes (COREPER - Embaixadores), as propostas de regulamento sobre o QFP 2021-27, sobre a condicionalidade do <u>estado de direito na passada 2.ª feira</u>, tendo ainda acrescentando uma nova submissão da decisão sobre os recursos próprios, de modo a que possam ser iniciados os respectivos processos nacionais de ratificação pelos 27 Estados-Membros. Importa notar que:</u>

- i) apesar de se tratarem de **três instrumentos jurídicos diferentes**, esta **negociação foi sempre feita em pacote** só está aprovado, quando tudo estiver acordado;
- ii) os regulamentos sobre QFP 2021-27 e a decisão sobre os recursos próprios são aprovadas por unanimidade no Conselho, enquanto que o regulamento relativo à condicionalidade do estado de direito requer uma votação por maioria qualificada. Porém, na prática, é inviável autonomizar e isolar as votações, porquanto mesmo que um ou dois Estados-Membros votem vencidos o regulamento que não exige unanimidade, podem bloquear os outros dois instrumentos ao não consentirem na unanimidade necessária para a sua aprovação.

Foi precisamente neste contexto que, na reunião do **COREPER de dia 16 de novembro**, a **Hungria e a Polónia inviabilizaram a adoção deste pacote orçamental**, o que viria a ser reiterado no <u>Conselho de Ministros dos Assuntos Europeus</u> de 17 de novembro, tendo <u>alguns ministros</u> lamentado o surgimento de novos obstáculos no processo de aprovação, o que coloca em risco a adoção atempada do próximo quadro financeiro plurianual e do pacote de recuperação.

A **Hungria**, segundo a sua Ministra da Justiça Judit Varga, considera que "o acordo obtido sobre a condicionalidade do estado de direito contorna os Tratados e não é conforme às Conclusões do Conselho Europeu de 21 julho". Por este motivo, a Hungria considera não poder apoiar o pacote tal como está, afirmando que este mecanismo e o relatório "não objetivo" da Comissão Europeia sobre o estado de direito "representam formas de sancionar ideologicamente um país. O mecanismo não é fundamentado, o campo de aplicação é demasiado vasto e as medidas são arbitrárias".

Pela **Polónia**, o ministro Konrad Szymański considerou que o acordo é positivo, mas que a condicionalidade apresenta "problemas de segurança e de garantias jurídicas". Por seu lado, o **1.º Ministro esloveno, Janez Janša**, escreveu uma <u>carta</u> ao Presidente do Conselho, com críticas ao modo como os *media* e alguns grupos político no PE "*ameaçam abertamente usar o instrumento erradamente chamado de estado de direito» para disciplinar Estados-Membros individualmente através da maioria qualificada". A Eslovénia assume a Presidência rotativa do Conselho da UE no 2.º semestre de 2021, depois de Portugal.* 

Do lado da **Presidência alemã**, a abordagem é cautelosa e diplomaticamente prudente. Após o COREPER, a Presidência concluiu que <u>existia acordo em relação ao regulamento da</u>

1



condicionalidade de Estado de Direito (por maioria qualificada). Porém, <u>não avançou de imediato</u> para o procedimento escrito relativo à sua aprovação formal, anunciando que decidiria "quanto antes" os próximos passos nesta matéria.

O porta-voz da Presidência alemã sintetizou da seguinte forma o ponto de situação:



O PE reagiu a este impasse, através de um Comunicado da Conferência de Presidentes, em que apela a uma rápida aprovação pelo Conselho, referindo que não fará mais concessões. O Presidente do PE, David Sassoli, tem estado em consultas permanentes com os Grupos Políticos PPE, S&D, Renew Europe e Verdes sobre os próximos passos, havendo muitas interrogações sobre os próximos passos a dar: avançar para a votação do pacote em Plenário, como está? Aguardar pela definição e clarificação do Conselho?

Os membros do Conselho Europeu, reunidos no dia 19 de novembro, <u>analisaram esta questão</u>, indicando que "as discussões continuarão até que seja encontrada uma solução aceitável para todos".

#### 2. CONSELHO EUROPEU INFORMAL

A 19 de novembro, os **Chefes de Estado e de Governo <u>reuniram-se por videoconferência</u> para debater a resposta da UE à pandemia de COVID-19, no seguimento da videoconferência realizada em 29 de outubro, durante a qual os dirigentes da UE destacaram a necessidade de reforçar o esforço coletivo para combater a pandemia e se centraram nas políticas de despistagem e rastreio e nas vacinas.** 

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, <u>fez declarações após a reunião</u>, identificando os principais temas debatidos:



- QFP 2021-27/NGEU/Recursos Próprios/Estado de Direito: A Presidência alemã fez um ponto de situação sobre a aprovação pelo Conselho (cfr. ponto 1), apelando à implementação rápida, dando nota de que alguns Estados-Membros não estão em posição de apoiar a maioria neste momento;
- Terrorismo: foi expressada a solidariedade com França e Áustria, considerando-se crucial o combate ao discurso de ódio, especialmente *online*. Neste âmbito, aguarda-se com expectativa a proposta da Comissão Europeia para um Ato para os Serviços Digitais, que será apresentada em dezembro;
- COVID-19: a discussão centrou-se em três temas i) testagem; ii) vacinas; e iii) levantamento de medidas restritivas e coordenação.

### 3. ACORDO POLÍTICO SOBRE REACT-EU

Esta semana, foi alcançado um acordo político entre o PE e o Conselho sobre o pacote de Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU), sendo assim o primeiro dossier da política de coesão cujas negociações tripartidas são concluídas enquanto se aguarda a conclusão do pacote orçamental mencionado no ponto 1.

A comissária responsável pela Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, afirmou: «Muito me congratulo com o acordo político sobre a REACT-UE. Desde o início, a política de coesão tem estado no centro da luta contra a pandemia graças às Iniciativas de Investimento de Resposta ao Coronavírus. Esta nova iniciativa é mais um passo para apoiar a recuperação dos Estados-Membros, proporcionar o financiamento adicional para colmatar o fosso entre a primeira resposta de emergência à crise e a recuperação da economia a longo prazo apoiada pelo período de programação de 2021-2027. Estamos a trabalhar arduamente para garantir uma recuperação justa e coesa."

Com um montante dedicado de €47,5 mil milhões (50,5 mil milhões a preços correntes), a REACT-EU continuará e ampliará as medidas de resposta à crise executadas através dos dois pacotes das Iniciativas de Investimento de Resposta ao Coronavírus (CRII e CRII+), garantindo assim que a recuperação económica e social, no contexto da pandemia, continuará sem contrariedades nem interrupção.

### 4. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE DE OUTONO DO SEMESTRE EUROPEU

A Comissão Europeia apresentou no dia 18 de novembro o seu <u>pacote de política económica</u> <u>de outono</u>, com base nas <u>previsões económicas do outono de 2020</u>. A apresentação deste pacote é a segunda etapa do ciclo do <u>Semestre Europeu</u>. A primeira teve início com a publicação da <u>Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável</u>, que forneceu orientações estratégicas aos Estados-Membros (EM) para elaboração dos seus planos de recuperação e resiliência e estabeleceu a articulação com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

O pacote inclui os pareceres sobre os <u>projetos de planos orçamentais (PPO)</u>, tendo a Comissão considerado que todos os PPO estão globalmente em conformidade com as recomendações do Conselho (julho 2020), embora refira que *no caso da Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal, tendo em conta o nível das suas dívidas públicas e os importantes desafios de sustentabilidade a médio prazo já antes do surto da pandemia de COVID-19, é importante* 



garantir que, as medidas orçamentais de apoio adotadas preservem a sustentabilidade orçamental a médio prazo.

Refira-se ainda as **Medidas ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento** no que respeita à <u>Roménia</u>, que se encontra sujeita ao procedimento relativo aos défices excessivos, considerando a Comissão nesta fase não ser de tomar nenhuma decisão sobre novas medidas e reavaliar a situação orçamental da Roménia na primavera de 2021.

Fazem ainda parte deste pacote de outono:

- Recomendação sobre a política económica da área do euro: contendo aconselhamento individualizado sobre as problemáticas em cada Estado-Membro e orientações estratégicas sobre as prioridades que estes devem perseguir nos seus planos de recuperação e resiliência, não descurando que a recuperação econômica deve ser coerente com a transição verde e digital. A recomendação apresentada insta ainda à conclusão da União Económica e Monetária e ao reforço do papel internacional do euro;
- Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (RMA): conclui que os riscos de desequilíbrios macroeconómicos parecem estar a aumentar em alguns EM, recomendando exames para identificação destes eventuais desequilíbrios nos EM relativamente aos quais desequilíbrios excessivos já haviam sido identificados em fevereiro de 2020 (designadamente a Alemanha, a Bulgária, Chipre, a Croácia, Espanha, França, a Grécia, a Irlanda, Itália, os Países Baixos, Portugal, a Roménia e a Suécia);
- Relatório conjunto sobre o Emprego: dando nota que, após uma tendência positiva de seis anos no mercado de trabalho, a taxa de desemprego começa a subir em virtude da crise COVID-19, afetando sobretudo formas atípicas de emprego e jovens. O relatório procura ajudar os EM a prever reformas e investimentos para inclusão nos seus planos de recuperação e resiliência;
- Relatório de supervisão reforçada e relatórios de supervisão pós-programa: o relatório de supervisão reforçada diz respeito à <u>Grécia</u>, destacando-se que quanto a <u>Chipre</u>, <u>Irlanda</u>, <u>Portugal</u> e <u>Espanha</u> os relatórios de supervisão pós-programa assinalam que as capacidades de reembolso de cada um dos países continuam a ser sólidas.

O Vice-Presidente Executivo Valdis Dombrovskis, responsável pela área Uma Economia ao serviço das Pessoas, <u>referiu</u> que este pacote de outono visa dirigir as economias da UE para águas mais calmas e fornecer orientações estratégicas para a nossa recuperação coletiva.

A próxima etapa será a discussão pelo Eurogrupo e pelo Conselho deste pacote de medidas apresentado, esperando a Comissão poder encetar um diálogo construtivo com o Parlamento Europeu sobre o mesmo. Outras informações sobre este tema podem ser encontradas nas perguntas e respostas preparadas pela Comissão.

## <u>5. COMISSÃO EUROPEIA | SURE</u>

A <u>Comissão Europeia disponibilizou</u>, esta semana, **14 mil milhões de EUR** a nove Estados-Membros ao abrigo do **instrumento SURE**: a Croácia recebeu 510 milhões de EUR, Chipre 250 milhões de EUR, a Grécia 2 000 milhões de EUR, a Itália 6 500 milhões de EUR



adicionais, a Letónia 120 milhões de EUR, a Lituânia 300 milhões de EUR, Malta 120 milhões de EUR, a Eslovénia 200 milhões de EUR e Espanha 4 000 milhões de EUR adicionais.

A Itália, a Espanha e a Polónia já haviam recebido, em outubro, um total de 17 000 milhões de EUR ao abrigo do instrumento SURE da UE. Quando todas as parcelas do SURE forem entregues aos nove países que recebem hoje apoio financeiro, a Croácia terá recebido 1 000 milhões de EUR, Chipre 479 milhões de EUR, a Grécia 2 700 milhões de EUR, a Itália 27 400 milhões de EUR, a Letónia 192 milhões de EUR, a Lituânia 602 milhões de EUR, Malta 244 milhões de EUR, a Eslovénia 1 100 milhões de EUR e Espanha 21 300 milhões de EUR.

#### 6. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

As negociações prosseguem, ainda sem conclusão à vista, apesar do escasso tempo disponível até ao final do período de transição (31.12.2020), havendo sinais de que a próxima semana poderá ser decisiva. Nos últimos dias, houve um alerta sobre a <u>fragilidade da segurança interna do</u> <u>Reino Unido na ausência de um acordo com a UE em matéria de cooperação policial</u>.

O PE, por seu lado, publicou um <u>interessante estudo sobre a aplicação prática do Artigo 50.º do Tratado</u> (saída voluntária da UE), numa análise jurídica, histórica, política e institucional que importa reter.

### 7. CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO

Teve lugar a 19 de novembro, a Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo. iniciativa que se insere no Programa do Trio de Presidências (Alemanha, Portugal e Eslovénia) na sua Dimensão Parlamentar. Este encontro serviu para lançar um processo de diálogo interparlamentar sobre várias questões relacionadas com solidariedade e responsabilidade, a gestão das migrações e do asilo, a dimensão externa e as parcerias com países terceiros e as questões de migrações legais.

No final da Conferência, o Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, anunciou a realização de uma Conferência Interparlamentar de Alto Nível sobre Migrações e Asilo durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2021. O objetivo é o de "dar continuidade a este compromisso político, promovendo a segunda Conferência Interparlamentar de Alto Nível sobre Migrações e Asilo na Europa durante a Presidência Portuguesa, em estreita articulação com o Parlamento Europeu e em cooperação com os Parlamentos Alemão e Esloveno, que, com Portugal, integram o Trio de Presidências», afirmou o Presidente da Assembleia da República, depois de, ao início da manhã, ter intervindo na sessão que juntou David Sassoli, Ursula von der Leyen, Wolfgang Schäuble e o Presidente da Assembleia Nacional da Eslovénia, Igor Zorčič.

#### 8. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

Comissão do Emprego e Assuntos Sociais

A <u>Comissão EMPL</u> adotou esta semana o seu relatório de iniciativa sobre <u>Uma Europa Social</u> <u>forte para uma transição justa</u>, com base na <u>Comunicação da Comissão Europeia</u> de janeiro de 2020, e que contém várias recomendações para o Plano de Ação para implementar o



**pilar europeu dos direitos sociais**, matéria prioritária para a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, em 2021.

### Mercado Interno e Proteção dos Consumidores

A <u>Comissão IMCO</u> reuniu no dia 19 de novembro com **Didier Reynders**, Comissário responsável pela área da Justiça, para debater a <u>Nova Agenda do Consumidor</u>, lançada pela Comissão no dia 13 de novembro, tendo sido discutido o impacto da pandemia da COVID-19 nos consumidores, os desafios desta política a longo prazo e as disparidades nacionais.

#### Assuntos Externos

Também no dia 19 de novembro, teve lugar na <u>Comissão AFET</u> uma troca de pontos de vista com o Comissário Olivér Várhelyi, responsável pelo portefólio Vizinhança e Alargamento, relativamente à <u>situação na Sérvia e no Montenegro</u>, na sequência da <u>Cimeira dos Balcãs</u> <u>Ocidentais</u>, realizada em Sófia a 10 de Novembro, com enfoque no Mercado Regional Comum.

#### Assuntos Económicos e Monetários

Na Comissão ECON teve lugar o diálogo monetário com a Presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, tendo a discussão sido focada, sobretudo, nas medidas de política monetária e orçamental no contexto do surto da COVID-19 e nos efeitos da incerteza induzida pela pandemia na política monetária. A Presidente do BCE deu nota das perspetivas menos positivas para a economia europeia e da importância de ferramentas e ações excecionais nesta situação, bem como da necessidade de investimento público para estimular a economia. Durante o debate foram colocadas questões relativamente ao facto de o BCE ultrapassar o seu mandato, por um lado, ou necessidade de criação de ferramentas adicionais, por outro, assim como o foco nas alterações climáticas (green bonds), flexibilização das condições para as operações TLTRO e o bloqueio orçamental da Hungria e Polónia. Esta reunião foi seguida de uma audição pública também com Christine Lagarde na qualidade de Presidente do Comité Europeu de Risco Sistémico.

### 9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência dos ministros da Agricultura e das Pescas

Decorreu no dia 16 de novembro, tendo sido <u>discutida</u> a **sustentabilidade dos sistemas alimentares e a situação no mercado agrícola europeu**, salientando-se que os Estados-Membros dispõem agora de estratégias e planos nacionais pertinentes, que incluem igualmente a doação de alimentos e os desafios específicos decorrentes da COVID-19, enfatizando a necessidade de se evitar a acumulação de alimentos, de modo a que estes continuem à disposição de todos, tendo a Comissão manifestado vontade de prorrogar para lá de 2021 o mandato da Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício Alimentares.

Sobre a <u>peste suína africana</u>, foi referida a necessidade de se adotarem mais medidas de coordenação que permitam aos Estados-Membros combatê-la e erradicá-la. Foram ainda discutidas as <u>políticas da UE relacionadas com as florestas</u> e a estratégia da UE para as florestas,



concordando-se que esta deve estar alinhada com outras estratégias pertinentes, como a estratégia de biodiversidade.

Forma prestadas outras informações, nomeadamente no que se refere ao ponto de situação dos visons e COVID-19 na Dinamarca, os resultados da conferência "do prado ao prato", organizada pela Comissão em 15 e 16 de outubro de 2020, a Cimeira das Nações Unidas sobre os Sistemas Alimentares e uma troca de opiniões sobre diversos fatores que exercem pressão sobre vários mercados agroalimentares.

#### Videoconferência dos ministros dos Assuntos Europeus

Os Ministros dos Assuntos Europeus <u>reuniram</u> no dia 17 de novembro, realizando, pela primeira vez, um debate no âmbito do **diálogo anual sobre o Estado de direito**, com base no <u>relatório anual da Comissão Europeia</u> e centrando-se em Estados específicos (Bélgica, Bulgária, Chéquia Dinamarca e Estónia foram os primeiros países em que foram analisados os principais desenvolvimentos [por ordem protocolar]).

Foram ainda discutidas questões relativas ao <u>alargamento</u>, sendo objetivo da Presidência aprovar os quadros de negociação e as disposições internas para que se possam realizar em 2020 as primeiras conferências intergovernamentais com os dois países candidatos (Macedónia do Norte e Albânia), bem como um balanço relativo ao Quadro Financeiro Plurianual e discussão da ordem do dia da reunião do <u>Conselho Europeu</u>, a realizar em 10 e 11 de dezembro, e que deverá incluir os seguintes pontos: balanço da situação relativa à COVID-19, designadamente em matéria de vacinação e despistagem, alterações climáticas, segurança, particularmente a luta contra o terrorismo e o extremismo violento, situação no Mediterrâneo Oriental e as relações com a Turquia e um debate estratégico sobre as relações da UE com a vizinhança meridional.

#### Videoconferência dos ministros do Mercado Interno e da Indústria

Debateram, no dia 19 de novembro, formas de alcançar uma indústria europeia mais dinâmica, resiliente e competitiva, no âmbito do plano de recuperação, atualização da nova estratégia industrial para a Europa (tendo como base a redução da dependência da UE da oferta e procura externas em sectores e materiais estratégicos, bem como aumentar o investimento na transição verde e digital), a Nova Agenda do Consumidor, que pretende reforçar as sinergias entre as políticas nacionais e da UE em matéria de consumo em torno de várias prioridades, em especial das transições ecológica e digital e da aplicação efetiva dos direitos dos consumidores em linha, e o Relatório anual de 2020 da rede de representantes nacionais das PME.

Destaca-se ainda, no âmbito da **Presidência portuguesa do Conselho da UE**, a apresentação por parte da delegação portuguesa das **prioridades no domínio do mercado interno e da indústria:** reforço do mercado único da UE, atualização da Nova Estratégia Industrial, dimensão externa da competitividade, cadeias de valor estratégicas e o papel das PME, fomento do turismo sustentável, empowerment digital dos cidadãos e das empresas, economia e conectividade dos dados, um quadro digital para o futuro (Digital Services Act e Digital Market Act), Nova Agenda do Consumidor e melhor e inovadora regulamentação no âmbito de data science.



### Videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros

No dia 19 de novembro, os Ministros <u>reuniram</u> com Josep Borrell, alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, para discutir questões da **atualidade**, como sejam o resultado das **eleições americanas** e a direção das relações transatlânticas, a situação no **Afeganistão** (<u>Conferência sobre o Afeganistão</u> e o processo de paz), na **Bielorrússia** (tendo sido acordado proceder a um terceiro pacote de sanções), no Alto Carabaque (tendo sido emitida uma <u>Declaração da UE</u> sobre a situação, recordando a importância da resolução do conflito), no **Mediterrâneo Oriental** e na Etiópia, Focaram ainda o <u>multilateralismo</u>, procurando estabelecer orientações sobre a melhor forma de a UE redinamizar o sistema multilateral mundial, prevendo-se uma comunicação conjunta do Alto Representante e da Comissão sobre o reforço da contribuição da UE para a regulamentação do multilateralismo.

À margem da videoconferência, os ministros trocaram opiniões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros palestiniano, Riyad al-Maliki, sobre a situação na Palestina, o Processo de Paz do Médio Oriente e sobre as relações bilaterais. O Conselho aprovou ainda o <u>Plano de Acção sobre Direitos Humanos e Democracia 2020-2024</u>, que contém as principais prioridades da UE sobre como avançar e defender os direitos humanos e a democracia através das suas acções externas.

#### Videoconferência dos ministros da Defesa

Foram <u>debatidos</u>, no dia 20 de novembro, os temas de atualidade, nomeadamente a situação no Mali e a operação IRIN, com Josep Borrell, Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, assim como a bússola estratégica – o processo que fornece uma orientação estratégica reforçada para a segurança e a defesa da UE – e a revisão estratégica da CEP. Destaca-se ainda a reunião prévia com o <u>Comité Diretor da Agência Europeia de Defesa</u>.

### Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Espaço

Também no dia 20 de novembro <u>reuniram</u> os ministros responsáveis pelo Espaço, tendo debatido o **papel da Europa na economia espacial mundial,** nomeadamente sobre a forma como a UE pode intensificar a competitividade da sua indústria espacial e desempenhar um papel mais importante na definição dos regimes regulamentares internacionais, tendo sido ainda preparada a reunião do 10.º Conselho Espaço (reunião conjunta do Conselho Competitividade – formação Espaço da UE e do Conselho da Agência Espacial Europeia (AEE) a nível ministerial) que se debruçará sobre os <u>princípios fundamentais da economia espacial europeia</u>.

Foi também discutido o Programa de trabalho da Presidência portuguesa, tendo a delegação portuguesa apresentado as prioridades da sua próxima Presidência do Conselho no domínio do espaço.

#### 10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA



#### Parlamento Europeu

Terá lugar uma sessão plenária do PE, em Bruxelas, com os seguintes temas em destaque¹: Riscos à liberdade de imprensa; COVID-19: Parlamento Europeu quer espaço Schengen totalmente funcional, debate sobre o Conselho Europeu de dezembro discute vacinas, terrorismo e metas climática; a discussão sobre a COVID-19 e política externa: UE deve empenhar-se mais no palco mundial.

#### Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>24 de novembro</u>, com a adoção - entre outros - do *Plano de Ação da UE sobre a igualdade de género e empoderamento das mulheres nas relações externas para 2021-25*.

#### Conselho da União Europeia

- 23.11: Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento
- 27.11: <u>Videoconferência dos ministros da Investigação</u>

## Reuniões interparlamentares

No âmbito da COSAC, terá lugar no dia 23.11 uma reunião da **Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager,** com os Presidentes da Comissões de Assuntos Europeus, e a reunião da *tróica presidencial da COSAC*, no dia 27.11.

Bruxelas | 20 de novembro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Fonte: Serviço de Imprensa do PE.